



Aviso n.º 93/2019, de 01 de outubro

Entrada em vigor da Convenção entre a República Portuguesa e a República de Angola para Eliminar a Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal, assinada em Luanda, a 18 de setembro de 2018.

Entrada em Vigor: 22/08/2019

Portaria n.º 339/2019, de 01 de outubro

Aprova o modelo oficial da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivas instruções de preenchimento, a que se refere o n.º 2 do artigo 52.º-A do Código do Imposto do Selo, que constam do Anexo I, da qual faz parte integrante.

Entrada em Vigor: 01/01/2020

Aviso n.º 15.225/2019, 2ª Série, de 1 de outubro

Aprova o Coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural, para vigorar no ano civil de 2020.

Entrada em Vigor: 01/01/2020

Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2019, de 2 de outubro

Autoriza o aumento da despesa para o lançamento dos procedimentos financeiros para a reabilitação urbana.

Entrada em vigor: 19/09/2019

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 2/2019, publicado a 2 de outubro

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: “No âmbito do regime jurídico de empreitadas de obras públicas consagrado no Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, e no caso de uma empreitada de conceção/construção de obra adjudicada sem prévio estudo geológico ou geotécnico do terreno por estar previsto que a realização do mesmo era obrigação do adjudicatário, a responsabilidade pelos custos com os trabalhos resultantes da retificação do erro no projeto relativo às fundações recai sobre o dono da obra.»

Entrada em vigor: -----

Declaração de Retificação n.º 48/2019, de 3 de outubro

Declaração de retificação à Lei n.º 90/2019, de 4 de setembro, «Reforço da proteção na parentalidade, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.os 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade».

Entrada em vigor: -----



AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas



REABILITAÇÃO URBANA



Casa Eficiente 2020



Gestão Portuguesa de Construção



Serviços de Prevenção e
Medicina do Trabalho



Associação Profissional

Declaração de Retificação n.º 49/2019, de 4 de outubro

Declaração de retificação à Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, «Alteração de diversos códigos fiscais».

Entrada em vigor: -----

Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2019/A, de 4 de outubro

Regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2018/A, de 5 de julho, que criou o Conselho Económico e Social dos Açores

Entrada em vigor: 05/10/2019

Portaria n.º 351/2019, de 7 de outubro

Aprova as novas instruções de preenchimento da Declaração Modelo 39 – Rendimentos e Retenções a Taxas Liberatórias, aprovada pela Portaria n.º 319/2018, de 12 de dezembro, em anexo à presente portaria e da qual fazem parte integrante.

Entrada em vigor: 01/01/2020

Portaria n.º 352/2019, de 7 de outubro

Aprova as instruções de preenchimento da Declaração Modelo 37 – Juros de Habitação Permanente, Prémios de Seguros, Comparticipações em Despesas de Saúde, Planos de Poupança Reforma (PPR) e Fundos de Pensões e Regimes Complementares, aprovada pela Portaria n.º 320/2018, de 13 de dezembro, em anexo à presente portaria, da qual fazem parte integrante.

Entrada em vigor: 01/01/2020



AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas



Decreto-Lei n.º 149/2019, de 9 de outubro

Reforça os mecanismos de publicitação dos procedimentos de identificação e reconhecimento de prédio rústico ou misto sem dono conhecidos.

Entrada em vigor: 10/10/2019

Portaria n.º 362/2019, de 9 de outubro

Portaria que procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2019.

Entrada em vigor: 14/10/2019

Aviso n.º 15992/2019, de 9 de outubro

Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes ao mês de março de 2018, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Entrada em vigor: 14/10/2019

Aviso n.º 15993/2019, de 9 de outubro

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Entrada em vigor: 14/10/2019



AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas



REABILITAÇÃO URBANA



Casa
Eficiente
2020



Gestão Portuguesa de Construção



Serviços de Prevenção e
Medicina do Trabalho



Associação Profissional

Aviso n.º 15992/2019, de 9 de outubro

Corrige os índices ponderados de custos de materiais, referentes ao mês de março de 2018, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços, a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Altera: O Aviso n.º 311/2019, de 07/01.

Entrada em Vigor: 14/10/2019

Aviso n.º 15993/2019, de 9 de outubro

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Entrada em Vigor: 14/10/2019

Decreto-Lei n.º 149/2019, de 09 de outubro

Reforça os mecanismos de publicitação dos procedimentos de identificação e reconhecimento de prédio rústico ou misto sem dono conhecido.

Altera: Alteração ao Decreto-Lei n.º 15/2019

Revoga: n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 15/2019, de 21 de janeiro

Entrada em Vigor: 01/01/2020

Portaria n.º 362/2019, de 09 de Outubro

Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2019.



AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas



Portaria n.º 365/2019, de 10 de outubro

Aprova a Declaração Modelo 10 - Rendimentos e retenções - Residentes, e respetivas instruções de preenchimento.

Revoga: Portaria n.º 325/2018, de 14 de dezembro.

Entrada em Vigor: 01/01/2020

Decreto-Lei n.º 150/2019, de 10 de outubro

Regula o Sistema Eletrónico de Compensação, para efeitos de compensação voluntária de créditos (ECOMPENSA).

O artigo 8.º, n.º 7 deste diploma prevê que "para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 853.º do Código Civil, é autorizada a compensação de créditos de pessoas coletivas públicas efetuada em plataforma do ECOMPENSA, estando a adesão sujeita a autorização dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela respetiva área setorial".

O ECOMPENSA opera por via de plataformas eletrónicas credenciadas pelo Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) e fiscalizadas pela Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.), nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da modernização administrativa, das finanças, da economia e da área governativa responsável pelo CNCS, que também estabelecerá as regras de constituição, de funcionamento e de gestão das plataformas eletrónicas de compensação, bem como as obrigações a que as entidades participantes e a entidade gestora se encontram sujeitas.

Entrada em vigor: 01/01/2020



AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas



Portaria n.º 365/2019, de 10 de outubro

Aprova a Declaração Modelo 10 – Rendimentos e retenções – Residentes, e respetivas instruções de preenchimento.

Revoga: Portaria n.º. 325/2018, de 14 de dezembro.

Entrada em vigor: 01/01/2020

Portaria n.º 368/2019, de 11 de outubro

Aprova as instruções de preenchimento da Declaração Modelo 25 – donativos recebidos, aprovada pela Portaria n.º 318/2015, de 1 de outubro, em anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante.

Entrada em vigor: 01/01/2020

Portaria n.º 370/2019, de 14 de outubro

Aprova os novos modelos de impressos para cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS e respetivas instruções de preenchimento a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2020, que se destinam a declarar rendimentos dos anos de 2015 e seguintes.

Entrada em vigor: 01/01/2020

Portaria n.º 373/2019, de 15 de outubro

Alteração da Portaria n.º 214/2019, de 5 de julho, que procedeu à criação da medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal, no âmbito do Programa Regressar.

Entrada em vigor: 16/10/2019



AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas



Portaria n.º 374/2019, de 16 de outubro

Aprovação do Regulamento do Programa “Arrendamento com Projeto de Reabilitação”.

O presente Programa tem como finalidade conceder aos beneficiários dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR) o acesso ao arrendamento de imóveis devolutos, integrantes do seu parque habitacional, associando-lhe a possibilidade de recurso a financiamento, em condições favoráveis, visando a sua reabilitação, através da partilha de responsabilidades entre os SSGNR e os arrendatários.

Entrada em vigor: 17/10/2019

Decreto-Lei n.º 153/2019, de 17 de outubro

Altera o prazo de garantia para acesso ao subsídio social de desemprego.

Estabelece que o prazo de garantia para atribuição deste subsídio é de 120 dias (com registo de remunerações num período de 12 meses anterior à data de desemprego), nas situações de desemprego involuntário por caducidade de contrato de trabalho a termo e de denúncia do contrato de trabalho por iniciativa da entidade empregadora durante o período experimental (neste último caso, os beneficiários poderão aceder àquele subsídio uma vez em cada dois anos a contar da data de cessação do subsídio social de desemprego).

Entrada em vigor: 01/11/2019



AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas



REABILITAÇÃO URBANA



Casa
Eficiente
2020



Gestão Portuguesa de Construção



Serviços de Prevenção e
Medicina do Trabalho



Associação Profissional

Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro

Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança contra Incêndio em Edifícios.

Altera: Os artigos 2.º, 3.º, 5.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 14.º, 14.º-A, 17.º, 18.º, 19.º, 21.º, 22.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 32.º e 34.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9/10 e pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18/07;

Os Anexos II e III do decreto-lei n.º 220/2008, de 12/11.

Revoga: A alínea f) do n.º 2 do artigo 12.º e o artigo 16.º do decreto-lei n.º 220/2008, de 12/11.

Entrada em Vigor: 23/10/2019

Declaração de Retificação n.º 54/2019, de 22 de outubro

Declaração de Retificação à Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro, «Modifica regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 178, de 17 de setembro de 2019.

Entrada em vigor: -----

Decreto Regulamentar n.º 6/2019, de 22 de outubro

Altera o Regulamento de Sinalização do Trânsito.

Entrada em vigor: 19/04/2020

Decreto-Lei n.º 161/2019, de 25 de outubro

Cria o Fundo Revive Natureza para a promoção da recuperação de imóveis devolutos inseridos em património natural.

Entrada em vigor: 26 de outubro de 2019



AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas



R.U.-I.S.
REABILITAÇÃO URBANA



Casa Eficiente 2020



GPC
Gestão Portuguesa de Construção



SEMT
Serviços de Prevenção e
Medicina do Trabalho



CICCOPN
Associação Profissional

Decreto-Lei n.º 162/2019, de 25 de outubro

Aprova o regime jurídico aplicável ao autoconsumo de energia renovável, transpondo parcialmente a Diretiva 2018/2001.

Entrada em vigor: 30 de outubro de 2019

Regulamento de Execução (UE) 2019/1780, publicado no JOUE em 25 de outubro de 2019

Estabelece os formulários-tipo para a publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação de contratos públicos e revoga o Regulamento de Execução (UE) 2015/1986 ("eForms").

(Este Regulamento terá mais interesse para as entidades contratantes, pois tem a ver com os formulários-tipo para publicação de anúncios no JOUE. O Regulamento "eForms" é revogado com efeitos a partir de 25/10/2023).

Entrada em vigor: 14/11/2019, mas é aplicável apenas a partir de 14 de novembro de 2022

Regulamento Delegado (UE) 2019/1827, publicado no JOUE em 31 de outubro de 2019

Altera a Diretiva 2014/23/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares das concessões.

(Limiar previsto para os contratos de concessão de serviços públicos e de obras públicas, é de 5 350 000 €).

Entrada em vigor: 20/11/2019, mas aplicável a partir de 1 de janeiro de 2020



AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas



Regulamento Delegado (UE) 2019/1828, publicado no JOUE em 31 de outubro de 2019

Altera a Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares para os contratos públicos de fornecimento, os contratos públicos de serviços e contratos de empreitada de obras públicas, bem como para os concursos de conceção.

(Limiares para os contratos públicos: 5 350 000 €, para os contratos de empreitada de obras públicas; 139 000 €, para os contratos públicos de fornecimentos de bens, de prestação de serviços e de concursos de conceção, adjudicados pelo Estado; 214 000 €, para os contratos públicos de fornecimentos de bens, de prestação de serviços e de concursos de conceção adjudicados por outras entidades adjudicantes).

Entrada em vigor: 20/11/2019, mas aplicável a partir de 1 de janeiro de 2020

Regulamento Delegado (UE) 2019/1829, publicado no JOUE em 31 de outubro de 2019

Altera a Diretiva 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares para os contratos de fornecimento, os contratos de serviços e os contratos de empreitada, bem como para os concursos de conceção.

(Limiares para contratação nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais: 5 350 000 €, para os contratos de empreitada; 428 000 €, para os contratos públicos de fornecimentos de bens, de prestação de serviços e de concursos de conceção).

Entrada em vigor: 20/11/2019, mas aplicável a partir de 1 de janeiro de 2020



AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas



R.U.-I.S.
REABILITAÇÃO URBANA



Casa
Eficiente
2020



GPC
Gestão Portuguesa de Construção



SEMT
Serviços de Prevenção e
Medicina do Trabalho



CICCOPN
Associação Profissional

Regulamento Delegado (UE) 2019/1830, publicado no JOUE em 31 de outubro de 2019

Altera a Diretiva 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares para os contratos de fornecimento, os contratos de serviços e os contratos de empreitada.

(Limiares para contratação nos domínios da defesa e da segurança: 428 000 €, para os contratos públicos de fornecimentos de bens e de prestação de serviços; 5 350 000 €, para os contratos de empreitada).

Entrada em vigor: 20 /11/2019, mas aplicável a partir de 1 de janeiro de 2020

Declaração de Retificação n.º 55-A/2019, de 31 de outubro

Retifica a Portaria n.º 284/2019, de 2 de setembro, das Finanças e Infraestruturas e Habitação, sobre alteração da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 167, de 2 de setembro de 2019

Entrada em vigor: -----

Em caso de necessidade de algum esclarecimento complementar, contacte:

Serviços da AICCOPN

T: 22 340 22 00 | geral@aiccopn.pt



AICCOPN
Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas

